



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

10ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa
21 de maio de 2024

Ata da Centésima Octogésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e um do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Amélio Cayres, secretariado pelos Senhores Deputados Marcus Marcelo, Primeiro-Secretário e Moisemar Marinho, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo Fortes, Fabion Gomes, Gipão, Gutierres Torquato, Ivory de Lira, Luciano Oliveira, Marcus Marcelo, Moisemar Marinho, Professor Júnior Geo, Vilmar de Oliveira, Wiston Gomes e das Senhoras Deputadas Claudia Lelis e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Eduardo Mantoan, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Professora Janad Valcari. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 26/2024, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 6, de 9 de maio de 2024, que “altera a Lei Estadual número 1.287, de 28 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 748/2024, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Raiz da Terra – IRT, município de Talismã-TO”; Projeto de Lei número 749/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Assentamento Boa Sorte – Amabs, no município de Formoso do Araguaia”; Projeto de Lei número 750/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “altera a Lei número 4.132, de 12 de janeiro de 2023, que Regulamenta no Estado do Tocantins, as cavalgadas e tropeadas e adota outras providências”; Projeto de Lei número 751/2024, de autoria do Senhor Deputado Luciano Oliveira, que “institui a política de maternidade segura no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 752/2024, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a jornada de trabalho dos Auxiliares de Enfermagem, Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros, contratados e comissionados no âmbito do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 753/2024, de autoria do Senhor



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Deputado Gipão, que “cria o Cadastro Estadual de Pessoas com Fibromialgia”; Projeto de Lei número 754/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão, que “dispõe sobre a política de apoio e tratamento das pessoas diagnosticadas com câncer durante a gravidez e o puerpério no âmbito do Estado”; Projeto de Lei número 755/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “dispõe sobre o incentivo à prática de corridas de rua no Estado”; Projeto de Lei número 756/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “estabelece sanções para os ocupantes e invasores que, de forma comprovada, estejam em situação ilegal em propriedades privadas, tanto rurais quanto urbanas, dentro do território do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 757/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierres Torquato, que “reconhece o risco inerente à atividade de fiscalização ambiental e a necessidade do uso e porte de armas de fogo aos agentes legalmente investidos nos cargos de fiscal ambiental”; Projeto de Lei número 758/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes, que “dispõe sobre a prevenção e o combate a doenças do trabalhador rural associadas à exposição solar no Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 760/2024, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Dunorte Brasil Agronegócio Comunitário, Ambiental, Florestal e



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Desenvolvimento Social, Educacional e Tecnologia – IDB Brasil, localizado no município de Goiatins/TO”; Projeto de Lei número 761/2024, de autoria da Senhora Deputada Professora Janad Valcari, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Terceira Idade dos Aurenys”; Projeto de Lei número 762/2024, de autoria do Senhor Deputado Wiston Gomes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação de placa nos estabelecimentos que especifica sobre ser crime praticar maus-tratos, abusos e abandono de animais”; Ofício oriundo da Marinha do Brasil – Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins, em resposta ao Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gipão; e Ofício número 4.758/2024, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando o Projeto de Lei número 1/2024, que “dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”. **Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 763 e 764/2024, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 765 e 766/2024, de autoria do Senhor Deputado Gutierrez Torquato; 767/2024, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Fortes; 768/2024, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 769/2024, de autoria do Senhor Deputado Gipão; e os Requerimentos que receberam os números 436 a 448.**



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 423, 424, 430, 418, 425, 419, 420, 421, 422, 426, 312, 322, 335, 348, 346, 347, 317, 318, 319, 320, 356, 357, 321, 374, 375, 274, 275, 328, 353, 362, 363, 364, 383, 277, 342, 340, 341, 268, 269, 270, 351, 264, 265, 266, 267, 307, 308, 313, 324, 325, 354, 355, 376, 377, 378, 379, 314, 329, 330, 332, 333, 334, 365, 366, 384, 385 e 386, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e vinte e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário